

Pena de ouro

A Celesc pagou CR\$ 270 mil por uma caneta Parker Laca da China Tinteiro Pena de Ouro 18k. Um despacho do Diretor Administrativo, Paulo Cesar da Silveira, mandou entregar a valiosa peça a Alberto Verdine. O custo corresponde, em URV do dia do pagamento (30 de março), a 4,56 salários mínimos. Para quem prefere outro tipo de comparação, daria para comprar 1.183 canetas Bic, ou seja, uma para cada funcionário da sede. É aí que vai o dinheiro público?

Febre nacional

Como na Celesc, as Centrais Elétricas de Goiás (Celg) está vendendo ações a um preço bem abaixo do valor nominal, servindo para especulação financeira e queima do patrimônio público. Por causa disso, o Sindicato dos Urbanitários de Goiás entrou com ação na justiça para impedir a venda de 1,5 bilhões de ações preferenciais da empresa.

Inscrições Abertas

Até dia 8 de abril ficam abertas as inscrições para o pessoal da Agência Regional/Florianópolis (Celesc) que quiser se candidatar a Cipeiro - período 94/95. A CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes) busca a segurança e saúde do trabalhador. O cipeiro preocupa-se com o ambiente de trabalho, serviços prestados aos trabalhadores na área de segurança e medicina, serviço social, alimentação, transporte, etc e com o bem estar físico, mental e social de seus colegas.

Na entrada e na saída

O Presidente Raimundo Colombo entrou na Celesc mal e está saindo pior. Gastou muita energia ao tentar não assinar o acordo fev/93 e agora se esforça para postergar o reajuste de março/94. Dia 29 de março a Intercel se reuniu com a Diretoria Administrativa para tratar deste reajuste, previsto no acordo (29,67% sobre o salário de fev/94). A proposta dos sindicatos era de aplicar o percentual e convertê-lo em URV de 1º de março. Os diretores não quiseram decidir nada. Esperam a chegada do novo presidente.

Dinheiro suspenso

Antes de deixar o cargo, Raimundo Colombo recebeu uma correspondência da Intercel exigindo o pagamento para o Comitê Contra a Miséria do dia da paralisação ocorrida na última campanha salarial. Devido à grande repercussão externa do fato parece que a empresa irá efetuar o repasse logo. Senão terá que responder a ação trabalhista e criminal imputada pelos sindicatos.

Trenzinho Querido

No LV 264 pedimos ao presidente Raimundo Colombo que esclarecesse a possibilidade de novas "promoções" na Celesc. Queríamos saber quais foram os critérios e quem foram os agraciados com a ascensão. Como até agora não recebemos resposta, continuamos apreensivos.

LINHA VIVA

Nº 265
06/04/94

Morte anunciada

Folha de São Paulo mostra que setor elétrico vai ser vendido

A concretização da privatização do setor elétrico só depende do equacionamento de problemas técnicos relativos a avaliação, mas deve começar - com algum atraso - pelo leilão das ações das distribuidoras Light e Escelsa. Esta constatação está estampada na página oito do jornal Folha de São Paulo do dia 28 de março de 1994, em matéria que revela detalhes sobre como será a privatização do setor elétrico.

Diz a matéria que "um consórcio liderado pela consultora Trevisan, tem também a incumbência de traçar o modelo para privatização do setor federal como um todo, que inclui as gigantescas Furnas, Chesf, Eletro-norte e Eletrosul e Itaipú Binacional".

O presidente da Eletrobrás, José Luiz Alqueres, disse à Folha que mesmo com algum atraso a Light e a Escelsa serão leiloadas até o final do ano. Segundo ele, algumas divergências dentro do governo e questões técnicas estão atrapalhando o cronograma. A dificuldade técnica, no caso da Light seria relativa à avaliação da participação de 47% do capital da Eletropaulo.

Alqueres salienta que a maior necessidade para acelerar a privatização é a aprovação pelo Congresso nacional da Lei das Concessões.

A Folha revela que entre os interessados no setor elétrico está o gru-



po Gataguazes-Leopoldina, um dos maiores do setor elétrico brasileiro, que está tentando formar um consórcio de investidores do Brasil e do exterior para participar do leilão de privatização da Light.

O texto, que foi elaborado pelo jornalista Francisco Santos, anuncia que além de vender as empresas de distribuição, a Eletrobrás está procurando parceiros privados para concluir obras das usinas de Manso (MT) Serra da Mesa (GO), Itá (SC) e Jacuí (RS). O grupo Votorantim estaria interessado em Serra da Mesa, que pertence a Furnas.

Em recente palestra proferida em Londres, Alqueres propalou a abertura de capital que está sendo feita pelas concessionárias estaduais de energia elétrica, citando inclusive a Celesc.

A Eletrosul figura na "ponta" do quadro em que a Folha mostra as empresas privatizáveis.

Dito e feito?

É bom que o novo presidente da Celesc saiba já na entrada que existem outros fatos não esclarecidos acontecendo na empresa. Por exemplo: no pega e devolve material para construção de extensões de distribuição (seja baixa ou alta tensão) algumas empreiteiras - como a Caengel e Lumiforte - devolveram o material emprestado? Construíram ou não construíram o combinado?

Computando....

O presidente da Celesc ao assumir poderia ainda desfazer outra dúvida. Há algum tempo a Compusoft implantou um programa de computador no COD/Epolis. Agora a Celesc vai implantar o seu. Surgem as perguntas: Qual o custo do pessoal da Celesc envolvido na implantação pela Compusoft? Este programa poderá ser aproveitado agora (equipamentos e/ou software)? O competente pessoal do DIN não poderia ter feito tudo desde o início?

Parar e pensar

A Associação dos Profissionais da Celesc está fazendo uma pesquisa sobre a privatização. É mais uma boa iniciativa e através dela a APC poderá avaliar qual o pensamento dos funcionários da Celesc.

Pagamento quinzenal

Achar que a antecipação quinzenal tornou-se desfavorável com o advento da URV é uma ilusão passageira, acreditam os sindicatos. Primeiro, porque este desconto de modo algum reduz o salário real, pois não afeta o número de URVs a serem recebidas. Segundo, e mais importante, é que a vinculação dos salários à inflação através da URV vai até o aparecimento do REAL. A partir daí, se houver inflação em REAIS, o pagamento quinzenal, uma conquista dos empregados da Eletrosul, voltará a mostrar claramente a sua vantagem frente ao pagamento mensal.

Charge

Segue até 12 de abril, no Sertão (Eletrosul), a mostra de charges do Frank, ilustrador deste jornal. A exposição itinerante que iniciou nas sedes da Celesc e Eletrosul, CeFA e Agência (Celesc) seguirá para a Biblioteca Pública e outros locais de acesso do público em geral.

Licença

O Sinergia enviou carta no dia 5 de abril à diretoria da Eletrosul, solicitando cópia da Deliberação da Diretoria número 94087ES10225, que trata da concessão de licença remunerada ao Diretor de Finanças, senhor Delcídio Amaral.

Pena de morte

Esperidião e Angela Amin, Jarvis Gaidzinski, Ruberval Pilotto, Vasco Furlan, César Souza, Nelson Morro, Dejanir Dalpasquale e Valdir Colatto são os deputados catarinenses que votaram a favor do requerimento que autorizaria o plebiscito para a pena de morte no Brasil. Porém, graças aos esforços da oposição a proposta não passou.

CNE protesta contra criação do Sintrel

O Comando Nacional dos Eletricitários enviou carta ao presidente Itamar Franco solicitando a revogação do decreto que criou o Sintrel - Sistema Nacional de Transmissão de Energia Elétrica. Veja a íntegra do texto:

"Brasília, 22 de março de 1994.

O Comando Nacional dos Eletricitários, fórum que congrega 46 Sindicatos majoritários representando cerca de 120.000 trabalhadores em suas respectivas bases territoriais, vem, publicamente solicitar a V. Exa. que:

1) Seja imediatamente revogado o Decreto nº 1009 de 22.12.93 que cria o Sistema Nacional de Transmissão de Energia Elétrica - Sintrel;

2) Não seja editado, tempestivamente, qualquer instrumento que vise o reordenamento do setor elétrico nacional, com propostas das concessões de serviço público de energia elétrica, inclusões de empresas no Programa Nacional de Desestatização ou alienação de ações do sistema em operações no mercado mobiliário.

Entendemos que o Sintrel, apresentado como alternativa para viabilizar a entrada de novos agentes no setor para a expansão da oferta de energia, visa, na realidade, fracionar o sistema elétrico nacional, facilitar a alienação de usinas já amortizadas e garantir acordos entre produtores e consumidores que beneficiarão ainda mais os setores eletrointensivos, sem qualquer reflexo positivo para segmentos da população de baixa e média rendas.

Ademais, repudiamos a forma de criação do Sintrel. Alteração de tal natureza do setor sendo efetivada através de decretos e portarias ou medi-

das provisórias permite concluir que existe a intenção de impedir o debate democrático e a transparência que a sociedade tanto está a exigir.

Estas decisões devem ser submetidas ao Fórum maior de debates da sociedade, o Congresso Nacional, onde já tramitam inúmeros projetos sobre o setor.

A concepção de tal sistema, que sugere a individualização das unidades de produção, além de inédita se tratando de um parque de base hidrelétrica, pois desvirtua os ganhos de uma operação interligada, favorece a particularização dos benefícios nos contratos especiais entre grandes consumidores e usinas pré-selecionadas.

O acesso de autoprodutores e a comercialização de excedentes derivados de processo de co-geração podem ser perfeitamente viabilizados, utilizando-se o sistema atual, através dos órgãos colegiados do setor, sem a criação de quaisquer estruturas burocráticas suplementares.

Da mesma forma, não podemos admitir que as alterações no atual modelo institucional do Setor Elétrico sejam estabelecidas em fechados gabinetes do Ministério da Fazenda, como fartamente divulgado pela imprensa.

Por acreditar na firmeza dos propósitos democráticos de V. Exa. estamos seguros que seu governo não dará curso a quaisquer propostas que sejam elaboradas em grupos de trabalho hermeticos, sem a ampla participação das entidades da sociedade civil em debates que, em nosso entendimento, devem privilegiar o Congresso Nacional como foro maior.

Comando Nacional dos Eletricitários".

CUT realiza congressos

De 19 a 23 de maio, acontece em São Paulo o 5º Concut que, ao invés de adotar uma tese guia, como nos congressos anteriores, terá um texto-base elaborado por uma comissão, e que deverá expressar tudo o que for consenso, bem como as divergências, para facilitar os trabalhos. O 5º Concut terá como tema: a) Estratégia Política - balanço, papel dos sindicatos na atualidade e plataforma; b) Política Organizativa - balanço organizativo, organização interna da CUT, estrutura da CUT: sindicato da CUT; c) Resoluções sobre temas específicos e permanentes; d) Eleição da Direção.

Em preparação ao congresso nacional a CUT de Santa Catarina realiza de 15 a 17 de abril, em Lages o 5º Ccut, que deliberará, além do tema:

do 5º Concut, sobre: 1 - os trabalhadores e a política alternativa ao projeto neoliberal em SC; a) balanço do período histórico e intervenção da CUT-SC, b) SC hoje, c) papel da CUT e sindicatos filiados, d) política alternativa dos trabalhadores para SC. 2 - política organizativa da CUT/SC; a) estrutura CUT/SC, b) instrumentos de apoio. 3 - ações permanentes e campanhas: integração campo-cidade. 4 - eleição da direção estadual. 5 - eleição de delegados ao 5º Concut.

Delegados do Sinergia, eleitos em assembleia geral para o 5º CECUT e 5º CONCUR. Titulares: Hélio Coimbra - João Tebas - Sebastião - Clênio - Cascaes - Sadi - Glauco - Dinovaldo - Mauro - Arno - Delman - Vieira. Suplentes: Albertina - Santana - Luis Paulo - Trainotti - Oquigibson.

Kátia assume no Conselho da Celesc

Dia 4 de abril Kátia Silva, representante dos empregados no Conselho Administrativo da Celesc, tomou posse e, com apoio da Intersindical, já começou a trabalhar. Suas metas: defender a empresa da privatização, propor melhorias na sua administração visando o interesse dos trabalhadores e dos consumidores. Para participar do Con-

selho, Kátia, que como os outros conselheiros receberá honorários (equivalente a 10% do salário do presidente da Celesc), adquiriu ação da empresa. No dia 29 de março a Intersindical decidiu ainda que todos sindicatos deveriam comprar ações ordinárias da Celesc, para assim poderem participar das assembleias de acionistas.

Pela ética no trabalho

Herbert de Souza (Betinho)
Sociólogo

Um país é ético aquele que se organiza para propiciar trabalho, emprego, renda para todos os habitantes. Um país que exclui não é ético, é perverso. Uma economia que não integra todas as pessoas não é ética. Uma sociedade que só oferece possibilidades de trabalho normal, regular, remunerado para uma minoria e que deixa a maioria à margem, à míngua, não é democrática, é imoral.

Depois de tantos anos do chamado desenvolvimento, nos damos conta que o Brasil é um paraíso para uma minoria, um purgatório para a maioria e um inferno para 20% de sua população. E tudo isso porque excluiu do trabalho, do emprego, da renda, da terra, a maior parte de sua própria população.

A Ação da Cidadania contra Fome, a Miséria e pela Vida, depois de mobilizar o conjunto da sociedade para se confrontar com o problema da fome, depois de distribuir alimento para muita gente, depois de se organizar em milhares de comitês e, principalmente, depois de despertar uma grande onda de solidariedade humana como jamais se viu entre nós, está desafiada a dar um passo à frente no processo de mudança do país.

Para erradicar a miséria é fundamental repensar toda a economia, reorganizar toda a política, transformar toda a nossa cultura para chegarmos a um país onde todas as pessoas tenham trabalho e possam viver dignamente de seus salários, possam comer segundo suas necessidades e preferências, educar seus filhos e garantir saúde e segurança para todos os membros de sua família.

Depois da fase da comida, é fundamental dar um passo à frente em direção ao trabalho. Nessa primeira fase, a campanha teve que enfrentar



muitas dúvidas e críticas. Distribuir comida é assistencialismo. Não resolve. Não leva a nada. O fundamental é ensinar a pescar e não dar o peixe. As reformas estruturais é que acabam com a miséria.

Mas não se perguntava se a sociedade estava disposta a compartilhar o que tinha, se cada um queria cuidar de si ou de todos. Se queríamos ser um país ou um bando de gente cuidando da própria sobrevivência.

A campanha demonstrou que é possível distinguir assistencialismo de solidariedade humana. Que para pescar é preciso estar vivo. E que as chamadas reformas estruturais só ocorrem quando as mudanças do dia a dia ocorrem pela ação das pessoas e de todas as pessoas. Mais do que isso, a campanha ganhou a alma e a mão da população brasileira, abriu as portas para a solidariedade.

Agora estamos diante de um desafio maior. Não somente distribuir comida, mas dar trabalho. Inventar emprego, integrar todas as pessoas na atividade remunerada. Com o sa-

lário cada um pode exercer minimamente sua cidadania.

E vamos reproduzir o sucesso da primeira parte: a maioria aprovou e participou da campanha. A maioria agora vai mudar o rumo do Brasil pela via do trabalho. Vamos questionar tudo e principalmente o rumo que nos levou à miséria. A esse *apartheid* social que se chama Brasil.

Vamos questionar a política econômica dos governos federal, estadual e municipal: quantos empregos vão gerar? Quantas pessoas vão começar a trabalhar? Quantos empregos o governo Itamar vai gerar em 1994? Essa é a questão. Todos os ministros e particularmente o ministro do Trabalho, da Agricultura, da Indústria e principalmente da Fazenda nos devem essa resposta.

Quanto empregos as 4.794 prefeituras do país vão gerar? Os governadores e todos os seus secretários, particularmente os do trabalho? Quantos empregos os grandes, médios e pequenos empresários vão gerar? A FIESP, o PNBE, o SIMPI, o SEBRAE, a CNI que papel terão

nessa mobilização? E os empresários agrícolas? Os detentores dos 100 milhões de hectares de terras ociosas? Quantos empregos a terra pode gerar no Brasil, agora? Essa é a mudança que virá de cima, dos governos, das instituições, da chamada estrutura que muitos acreditam ser a causa de todos os males e soluções.

Mas existe uma outra mudança, outra resposta que virá da sociedade: como os milhares de comitês poderão gerar empregos?

Como as pessoas comuns e correntes poderão gerar novas oportunidades de trabalho para o comum das pessoas? Essa é a grande questão dessa campanha e o caminho seguro de seu sucesso.

A solução da primeira etapa veio da planície, com a participação do planalto. O sucesso da segunda etapa também virá da sociedade. Gente é que gera trabalho para as pessoas. A sociedade é que muda o rumo das políticas do Estado e inventa novos modos de sua própria existência. A economia na verdade é uma soma ou a divisão de todos nós.

Nessa campanha aprendemos a somar e a integrar, contra uma economia que se especializou em dividir e excluir.

Nesse ano vai ocorrer uma eleição quase geral. Vamos perguntar a todos os candidatos, a todos os níveis, que propostas eles têm para gerar empregos, criar trabalho, distribuir renda, democratizar a terra. Cada comitê vai se transformar em um grupo de pressão, de pergunta, de mudança. Sem deixar de ser suprapartidário, os comitês vão estar presentes para colocar a questão central do nosso desenvolvimento: trabalho para todos e remuneração justa.

O Brasil poderá transformar 1994 no ano da mudança. De um país de uns poucos para o Brasil de todos, vivendo e trabalhando para viver com dignidade, com ética, com cidadania.

TRIBUNA
livre

O que também pode nos levar à privatização

José Amarildo Rampelotti
Diretor do Sintevi

Dentro de um modelo econômico neoliberal quase nos impõem como "alternativa" para a solução dos nossos problemas sociais, políticos, enfim, os mais diversos que ora atravessamos no dia-a-dia brasileiro está colocada a privatização de Estatais, entre elas as empresas do setor elétrico, como a grande salvação do país.

Ora, estes argumentos não resistem à menor análise, pois basta que deixemos de ouvir só o que as "Globo" e as "Vejas" da vida nos dizem a este respeito e procurar os nos informar como funciona o Estado em países que não têm este modelo econômico implantado e analisarmos o que realmente está acontecendo nos países que adotaram este modelo para sabermos a quem, exatamente, interessa a privatização.

É preciso reconhecer que o Estado Brasileiro precisa ser reformulado, mas daí a vender tudo o que é nosso por "bagatela", para um capital extremamente ganancioso e selvagem, é levar toda a sociedade brasileira e, principalmente a classe trabalhadora, a agravar ainda mais, se é que isso é possível, a sua situação social. E não venham com a desculpa de que é para acabar com a corrupção, por que nós todos sabemos que os grandes corruptos deste país vieram exatamente da iniciativa privada e depois de tirarem das Estatais o que lhes interessava voltaram para lá (vide Eliseu Resende e outros).

Mas não é só isso que está acontecendo dentro destas empresas. Vejamos a Celesc, por exemplo: já faz algum tempo que ela se encontra numa paralisia total. Não se administra. Não se gerencia e apesar de toda a publicidade (em US\$) a impressão que fica é que, deliberadamente, não se quer que ela cresça. Digo não se quer porque a nível de chefes de Agência e gerências estas pessoas recebem constantemente cursos de especialização sobre como conduzir bem uma empresa. Portanto, muito bem preparados para tal.

Por que então este marasmo? Não estaria aí, embutida maquiavelmente, uma política do mal administrar para convencer que a privatização é um bom negócio? Na tentativa de obter respostas a estes questionamentos, três exemplos que nos colocam são citados:

- Por que subestages que custaram verdadeiras fortunas aos cofres públicos estão abandonadas a sorte, estando sujeitas a ação de vândalos e ao ataque da própria população que fica durante horas sem energia elétrica por falta de um operador que em poucos minutos restabeleceria o sistema?

- Por que não se têm uma política de pessoal definida na Celesc? Qualquer empresa séria do mundo tem. Na agência de Rio do Sul, por exemplo, existem dezesseis funcionários, alguns com até seis anos de casa, que nunca tiveram uma promoção nem mesmo funcional, quanto mais salarial. O que é isto? Com que entusiasmo um funcionário destes vai trabalhar?

- Como se explica o fato de dia 11/03/94, um gol da Celesc da agência Blumenau ter atropelado e matado um ciclista (a culpa foi do ciclista) quando retornava de uma viagem a Florianópolis apenas para buscar dezessete conectores, material este que era para existir no estoque e em muito maior quantidade no almoxarifado da agência? Mas não é só: havia neste dia mais dois veículos, da agência, na capital que, com um mínimo de organização, poderiam tê-los trazido.

Infelizmente estes são só alguns exemplos do que está acontecendo.

Por fim, companheiros, penso que temos a obrigação de desmistificar este discurso demagógico e a coragem de denunciar estas atitudes que nos confundem e nos levam num caminho, quase que sem volta, a perder a dignidade enquanto trabalhadores, e identidade enquanto cidadãos.

EXPEDIENTE

Linha Viva é uma publicação semanal da Intersindical dos Eletricitários de Santa Catarina com tiragem de 7.500 exemplares. Diretor Responsável: Rosemeri Dolor Siqueira. Editores: Gastão Cassel (DRT/RS 6166) e Marli Cristina Scamazzon (DRT/RS4966). Ilustrações: Frank Maia. Diagramado e composto na Estação de Editoração Eletrônica do Sindicato dos Eletricitários de Florianópolis. Impressão: Gráfica do jornal O Estado. Redação: Rua Lacerda Coutinho, 149, Fpolis, SC. CEP: 88015-030. Fone (0482) 22-3866. Telefax: (0482) 23-5596. Cartas para a Tribuna Livre não podem ter mais de 30 linhas, e sua publicação fica a critério dos editores. As matérias assinadas não correspondem necessariamente à opinião do jornal.

Desafios para o sindicalismo

Luiz Cézare Vieira
Diretor do Sinergia

Programação do CIC

Esta é a programação de cinema do Centro Integrado de Cultura. Os eletricitários têm direito a meia entrada com a apresentação da carteira do Sinergia, conforme convênio.

Terça-feira (05/04):
21h - Um Misterioso
Assassinato em Manhattan

Quarta-feira (06/04):
19h - Um Misterioso
Assassinato em Manhattan
21h - Lua de Fel

Quinta-feira (07/04):
19h - Ciclo Buñuel
21h - Lua de Fel

Sexta-feira (08/04):
19h - Ciclo Buñuel
21h - Um Misterioso
Assassinato em Manhattan

Sábado (09/04):
19h - Um Misterioso
Assassinato em Manhattan
21h - Lua de Fel

Domingo (10/04):
17h - Ciclo Buñuel
19h - Um Misterioso
Assassinato em Manhattan
21h - Lua de Fel

Nos dias 29 e 30 de abril o Sinergia estará realizando o seu II Congresso. O momento é de reflexão sobre os rumos do Movimento Sindical neste final de século.

A crise de referências para a atuação dos sindicatos é uma realidade. Impossível buscar em experiências passadas a luz para iluminar o futuro, pois o tempo presente vem se caracterizando por profundas mudanças que desafiam nossa criatividade.

A 3ª Revolução Industrial

A partir da década de 70, com o esgotamento do modelo de desenvolvimento da economia internacional, inicia-se nos países mais ricos a chamada 3ª Revolução Industrial. Trata-se basicamente de progresso técnico-científico na área de informática, da automação, biotecnologia e química fina, aliado à grande alteração nos métodos organizativos da produção e do mundo do trabalho.

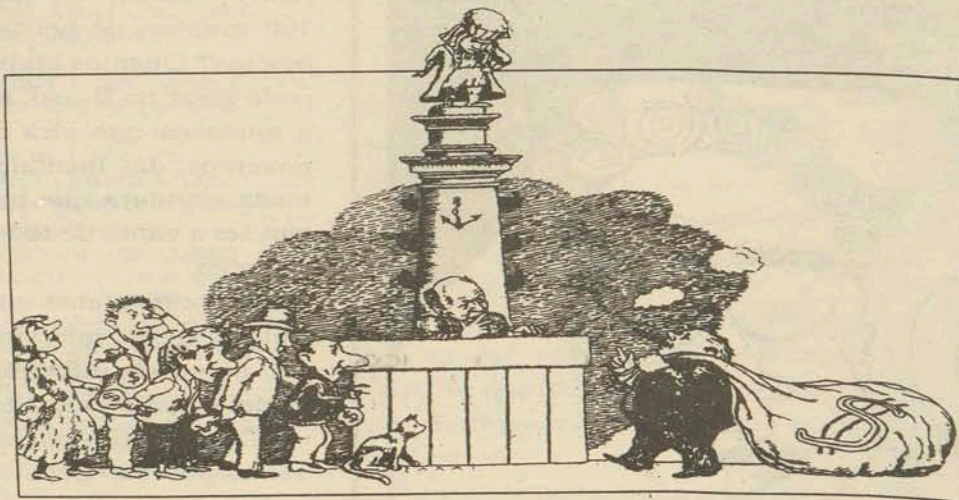
O Japão é líder destes processos com a invenção do toyotismo, um sistema flexível de produção. Exige-se maior qualificação dos trabalhadores, diminui-se o tempo morto no trabalho e a terceirização é amplamente difundida.

Na verdade, houve uma racionalização crescente na produção acompanhada de aumento na produtividade, sem a qual o capitalismo, em função de sua essência dinâmica e permanente expansão, entra em colapso.

Desordem mundial

Por outro lado, o fim do socialismo do leste europeu no final da década de 80 proporcionou a emergência de um neoconservadorismo "vitorioso" ditando ao mundo seu projeto de superação da crise do capitalismo. O neoliberalismo, ou a "nova ortodoxia", assola o mundo pelas mãos do FMI exigindo do 3º mundo o ajuste estrutural, a liberação do comércio exterior, as privatizações, a redução da demanda interna e da massa salarial, tudo não para salvar da miséria os povos do mundo, mas para salvar os bancos credores, as empresas exportadoras e os países ricos.

Para o neoliberalismo, que não passa de um receituário de medidas tecnicistas que passa ao largo do humanismo, o mercado é o grande regulador das demandas humanas de saú-



de, cultura, educação, previdência, desencadeando a série "estado mínimo", "democracia mínima", "cidadania mínima". A técnica instrumental toma o lugar da política e os valores que historicamente anunciaram à humanidade a possibilidade de um mundo melhor simplesmente são subjugados em favor da performance econômica.

O desafio dos sindicatos

Os resultados perversos do projeto neoliberal não se fizeram esperar, sendo o desemprego e a miséria as grandes presenças às portas do 3º milênio. Os sindicatos, considerados os grandes vilões da ofensiva neoconservadora, pois simbolizam a resistência dos trabalhadores contra o fim das conquistas sociais, foram prontamente combatidos no mundo inteiro. Nos países ricos houve uma grande diminuição de trabalhadores sindicalizados, em parte em função do desemprego, mas também pela ideologia do individualismo que gera apatia e descrença pelas lutas coletivas.

Nos países do 3º mundo, os ajustes estruturais exigidos pelo FMI desmantelaram grande parte dos movimentos sociais. No Brasil, apesar das ofensivas de neoliberais como Collor e FHC, tem havido resistências por parte dos sindicatos e outras entidades da sociedade civil contra estes (des)ajustes do capitalismo.

Nos últimos meses acirrou-se a luta contra a dilapidação do patrimônio público, e os sindicatos cada vez mais colocam-se na defensiva numa conjuntura econômica de recessão e desemprego.

Diante do novo panorama internacional, torna-se necessário que o Movimento Sindical supere seus limites

de atuação meramente reativa diante dos fatos. Que interfira de uma forma mais qualificada apresentando propostas globais de superação da crise e um novo padrão de desenvolvimento.

Ao contrário de outros países da América Latina, os sindicatos brasileiros, através das centrais sindicais, se constituíram em interlocutores legítimos na sociedade, o que aumenta a responsabilidade em formular propostas.

Empresa Pública e Sindicato

Na edição nº 263 do Linha Viva, Delman Ferreira deixou em aberto algumas questões de fundamental importância para serem debatidas no II Congresso. Trata-se do papel do sindicato de trabalhadores de empresa pública. Ocorre que a mera atitude defensiva dos sindicatos perante o processo de privatizações, corrobora a pecha de corporativistas, amplamente divulgada pela mídia.

Devemos ao contrário, continuar a crítica da privatização do Estado pelas elites, redefinir o papel social das empresas públicas, aumentar sua eficiência e, principalmente, torná-las verdadeiramente públicas, através de mecanismos de participação democrática da sociedade em suas atividades.

É preciso resgatar o sentido universal da res(coisa) pública, fazendo o contraponto do individualismo desagregador do neoliberalismo.

Enfim, é preciso procurar saídas alternativas para a crise e os sindicatos, como atores sociais, devam integrar neste processo.

O II Congresso do SINERGIA, cumprirá seu objetivo se propiciar entre nós, maior alcance de nossa visão de mundo.